



**PREFEITURA MUNICIPAL DA
ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE**

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

018. PROVA OBJETIVA

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – HISTÓRIA

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto, para responder às questões de números 01 a 09.

A cada governo que entra, o assunto educação deixa os holofotes provisórios da campanha eleitoral, onde costuma desfilar na linha de frente das promessas dos candidatos, e volta à triste prateleira dos problemas que se arrastam sem solução. Desta vez foi diferente: encerrada a votação, a educação prosseguiu na pauta de discussões acirradas. Infelizmente, o saldo da agitação não gira em torno de nenhuma providência capaz de pôr o ensino do Brasil nos trilhos da excelência – a real prioridade.

A questão da hora é o projeto que pretende legislar sobre o que o professor pode ou, principalmente, não pode falar em sala de aula. Com o propósito de impedir a doutrinação, por professores, em classe, o projeto ameaça alimentar o oposto do que propõe: censura, patrulhamento, atitudes retrógradas e pensamento estreito. Segundo o especialista em educação Claudio de Moura Castro, não há como definir o que é variedade de pensamento e o que é proselitismo.

Fruto do ambiente polarizado da sociedade brasileira, a discussão entrou pela porta da frente das escolas. Nesse clima de paixões exaltadas, no entanto, é preciso um esforço adicional para separar o joio do trigo. A doutrinação em sala de aula é condenável sob todos os aspectos – seja de esquerda ou de direita, religiosa ou atea, ou de qualquer outra natureza. A escola é um lugar para o debate livre das ideias, e não para o proselitismo.

Todo conhecimento é socialmente construído e, portanto, a aventura humana, por definição, nunca é neutra ou isenta de valores. A saída é discutir e chegar a um consenso sobre o que precisa ser apresentado ao aluno, e não vigiar e punir.

Doutrinar é expor ideias e opiniões com o propósito de convencer o outro. A todo bom professor cabe estimular o confronto de ideias e o livre pensar, inclusive expressando seu ponto de vista, mas não catequizar – uma linha fina que exige discernimento constante.

O mundo é diverso em múltiplos aspectos, e a escola é o lugar adequado para que essa diversidade seja discutida livremente. A melhor escola ainda é a que faz pensar – sem proselitismo.

(Fernando Molica, Luisa Bustamante e Maria Clara Vieira, Meia-volta, volver. *Veja*, 14.11.2018. Adaptado)

01. É correto afirmar que, no tratamento do tema do texto, os autores

- (A) evitam apontar os caminhos que entendem ser melhores para a educação.
- (B) expõem argumentos e opiniões próprias, afirmando o que entendem adequado.
- (C) discutem pontos de vista dissonantes, escusando-se de afirmar com qual se identificam.
- (D) valem-se de argumentos contraditórios, com o que provocam o leitor a opinar.
- (E) relatam objetivamente os descaminhos da discussão, em vez de expor conclusão clara.

02. Entre os pontos negativos do projeto mencionado no segundo parágrafo, o texto aponta

- (A) a certeza de que ele prioriza as políticas públicas apenas para um percentual insignificante da população.
- (B) o risco de ver o tema da diversidade cultural pontificar entre os temas de discussão nas escolas brasileiras.
- (C) o propósito de ele acentuar ainda mais a contraposição de ideias presente na sociedade brasileira hoje.
- (D) a possibilidade de ele incentivar mecanismos que cerceiem a liberdade de pensamento e de expressão.
- (E) a indefinição acerca do que são os reais valores da sociedade brasileira, estimulando a adesão a ideias pouco convencionais.

03. A passagem destacada no primeiro parágrafo do texto é caracterizada pelo predomínio de expressões empregadas em sentido

- (A) figurado, para exprimir a ideia de que o tema “educação” volta à obscuridade tão logo um novo governo se instala.
- (B) figurado, para exprimir a ideia de que existem projetos governamentais para a educação vistos como prioridades.
- (C) figurado, para exprimir a ideia de que promessas se justificam se tiverem visibilidade na mídia e cumprimento.
- (D) próprio, para exprimir a ideia de que os governantes se empenham em honrar os compromissos assumidos.
- (E) próprio, para exprimir a ideia de que a educação é tratada como parte de um espetáculo em campanhas eleitorais.

04. Assinale a alternativa que reescreve livremente passagem do texto, de acordo com a norma-padrão de concordância e de pontuação.

- (A) Não parece existir possibilidades de definir, se é questão de variedade de pensamento ou de proselitismo, segundo Claudio de Moura Castro – especialista em educação.
- (B) No entanto, o clima de paixões exaltadas acabam por exigir, esforços adicionais, para separar o joio do trigo.
- (C) Sabemos que cabe a todo bom professor várias tarefas, entre as quais: estimular o confronto de ideias e o livre pensar.
- (D) Houve, desta vez, algumas diferenças: tão logo se encerraram as eleições, a pauta de discussões acirradas acerca da educação se manteve.
- (E) Como todo conhecimento se constrói socialmente, por definição não se isentam de valores a aventura humana, que é neutra.

05. As palavras “acirradas” (1º parágrafo) e “retrógradas” (2º parágrafo) têm antônimos, respectivamente, em:
- (A) aguçadas e renovadoras.
 (B) retiradas e retrospectivas.
 (C) censuradas e incrementadas.
 (D) flexibilizadas e tolerantes.
 (E) abrandadas e progressistas.
06. Observe as preposições destacadas nas passagens:
 ... problemas que se arrastam **sem** solução.
 Com o propósito de impedir a doutrinação, **por** professores ...
 ... é preciso um esforço adicional **para** separar o joio do trigo.
 A escola é um lugar **para** o debate livre das ideias...
 Essas preposições expressam, nos respectivos contextos, as noções de
- (A) exceção, agente, finalidade e localização.
 (B) exceção, relação, destinação e destinação.
 (C) privação, agente, finalidade e destinação.
 (D) falta, aptidão, possibilidade e proximidade.
 (E) concessão, relação, destinação e proximidade.
07. Nas passagens – Nesse clima de paixões exaltadas, **no entanto**, é preciso um esforço adicional para separar o joio do trigo. Todo conhecimento é socialmente construído e, **portanto**, a aventura humana, por definição, nunca é neutra ou isenta de valores. – as conjunções destacadas expressam, correta e respectivamente, relações de sentido de
- (A) contraste e restrição; têm substitutos, também respectivamente, em **contudo** e **entretanto**.
 (B) conclusão e oposição; têm substitutos, também respectivamente, em **porém** e **contanto que**.
 (C) concessão e conclusão; têm substitutos, também respectivamente, em **embora** e **logo**.
 (D) condição e restrição; têm substitutos, também respectivamente, em **ademais** e **pois**.
 (E) contraste e conclusão; têm substitutos adequados, também respectivamente, em **todavia** e **assim**.
08. Assinale a alternativa que substitui os trechos destacados na passagem – **Com o propósito de impedir a doutrinação**, por professores, em classe, o projeto ameaça alimentar **o oposto do que propõe**... – de acordo com a norma-padrão de regência e emprego do sinal indicativo de crase.
- (A) Visando a opor-se à doutrinação ... algo antagônico àquilo a que se dispõe...
 (B) Objetivando à contrariar a doutrinação ... o que se opõe ao que planeja...
 (C) Pretendendo obstruir a doutrinação ... algo diverso àquilo à que pretende...
 (D) Aspirando obstar à doutrinação ... o que contraria ao que projeta...
 (E) Cogitando de resistir a doutrinação ... algo discordante daquilo à que objetiva...
09. Há, no texto, ocorrência do verbo “pôr” e dois de seus derivados – “propor” e “expor”. Tomando-os por referência, assinale a alternativa em que derivados daquele verbo estão empregados de acordo com a norma-padrão.
- (A) Eles se disporão a colaborar com a campanha, caso a gente se compõe com eles.
 (B) Se eu lhes propunha um acordo, por certo se predisuseram a analisá-lo.
 (C) Eu me predisposei a negociar com ele, mesmo se ele se indispuer comigo.
 (D) Insisto para que componham uma nova música, mesmo que ele se indispuer a isso.
 (E) Se ele a compor, será um sucesso, que o público certamente se disporá a cantar.
10. Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto a seguir.
- O texto do projeto de lei, _____ conteúdo é questionado, merece ser debatido com a sociedade. Há opiniões _____ há nele tendência a vigiar os professores, com o objetivo de _____ a liberdade de expressão.
- (A) que o ... segundo elas ... cerceá-los
 (B) cujo ... segundo as quais ... cercear-lhes
 (C) qual ... que ... cercear a sua
 (D) no qual ... de que ... cercear sua
 (E) que o ... de que ... cerceá-los

Leia a tira, para responder às questões de números 11 e 12.



(André Dahmer, Malvados. Disponível em: www.google.com.br. Acesso em 17.11.2018)

11. O principal responsável pelo efeito de sentido na tira é

- (A) a exploração de imagens repetidas para sugerir estado de permanência.
- (B) a incompatibilidade entre o conteúdo da imagem e o do texto verbal.
- (C) a exploração, no texto verbal, de variações de sentido de uma mesma expressão.
- (D) a combinação de expressões verbais que contradizem o sentido global do texto.
- (E) a incoerência da sequência das ideias manifestas pela personagem em sua fala.

12. A crítica à internet implícita na tira está associada

- (A) à circulação, na rede, de notícias de caráter popular.
- (B) ao teor das mensagens e conteúdos nela veiculados.
- (C) à falta de comprovação dos dados de usuários da rede.
- (D) à divulgação ilegal de informações dos usuários da rede.
- (E) ao conteúdo edificante de textos apócrifos que nela circulam.

Leia o texto de Rubem Alves, para responder às questões de números 13 e 14.

A arte de educar

Educar é mostrar a vida a quem ainda não a viu. O educador diz: "Veja!" e, ao falar, aponta. O aluno olha na direção apontada e vê o que nunca viu. Seu mundo se expande. Ele fica mais rico interiormente... E ficando mais rico interiormente ele pode sentir mais alegria – que é a razão pela qual vivemos.

Já li muitos livros sobre Psicologia da Educação, Sociologia da Educação, Filosofia da Educação... Mas, por mais que me esforce, não consigo me lembrar de qualquer referência à Educação do Olhar. Ou à importância do olhar na educação, em qualquer um deles.

Quero ensinar às crianças. Elas ainda têm olhos encantados. Seus olhos são dotados daquela qualidade que, para os gregos, era o início do pensamento: a capacidade de se assombrar diante do banal.

As palavras só têm sentido se nos ajudam a ver o mundo melhor. Aprendemos palavras para melhorar os olhos. Há muitas pessoas de visão perfeita que nada veem... O ato

de ver não é coisa natural. Precisa ser aprendido. Quando a gente abre os olhos, abrem-se as janelas do corpo e o mundo aparece refletido dentro da gente. São as crianças que, sem falar, nos ensinam as razões para viver. Elas não têm saberes a transmitir. No entanto, elas sabem o essencial da vida. Quem não muda sua maneira adulta de ver e sentir e não se torna como criança, jamais será sábio.

(Disponível em: < <https://psicologiaacessivel.net>>. Acesso em: 18.11.2018)

13. A afirmação – Há muitas pessoas de visão perfeita que nada veem... – é marcada por uma incoerência, com a qual o autor

- (A) chama a atenção para a distinção entre apenas dirigir o olhar e dar sentido ao que se vê.
- (B) aponta a necessidade de dar novos sentidos ao que há no mundo, graças ao aprendizado.
- (C) leva o leitor a refletir sobre o que aprendeu de fato no ambiente da escola tradicional.
- (D) sugere que há pessoas empenhadas em ver o mundo como as crianças o veem.
- (E) atenua a ideia de que as palavras têm vínculos com nosso conhecimento do mundo.

14. Assinale a alternativa que substitui o trecho destacado na passagem – Mas, **por mais que me esforce**, não consigo me lembrar de qualquer referência à Educação do Olhar. – expressando seu sentido.

- (A) desde que me esforce
- (B) contanto que me esforce
- (C) apesar de me esforçar
- (D) exceto se me esforçar
- (E) a menos que me esforce

15. Querido Martins, a portadora é Tereza Batista, _____ com amizade. _____ de arruaceira, atrevida e obstinada, de não respeitar autoridade e de se meter _____ não é chamada. Mas tendo com ela convivido longo tempo, praticamente juntos dia e noite de março _____ novembro neste ano de 72, sei de suas boas qualidades.

(Trecho de carta de Jorge Amado, que consta na orelha da capa de seu romance *Tereza Batista cansada de guerra*.)

As lacunas do texto devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:

- (A) receba-a... Acusam-na ... onde ... a
- (B) receba-lhe ... Acusam ela de ... onde ... à
- (C) receba-a ... Acusam-na ... aonde ... à
- (D) a receba ... Acusam-lhe ... aonde ... a
- (E) receba ela ... Lhe acusam ... onde ... à

16. Conforme Libâneo (2013), a finalidade geral do ensino fundamental é estimular a assimilação ativa dos conhecimentos sistematizados, das capacidades, habilidades e atitudes necessárias à aprendizagem, tendo em vista a preparação para o prosseguimento dos estudos ano a ano, para o mundo do trabalho, para a família e para as demais exigências da vida social. Nessa perspectiva, entre outras, é tarefa da escola pública democrática

- (A) assegurar a transmissão e a assimilação dos conhecimentos e habilidades que constituem as matérias de ensino.
- (B) evitar que a educação assuma um viés político, que poderia desviar os alunos para o envolvimento em lutas sociais.
- (C) fornecer aos alunos equipamentos e ferramentas tecnológicas que lhes possibilitem o acesso às informações em mídias digitais.
- (D) proporcionar aos ricos educação geral e formação intelectual; aos pobres, o ensino profissional visando ao trabalho técnico.
- (E) reduzir o ensino à transmissão de conhecimentos na forma de transferência da cabeça do professor para a do aluno.

17. O caminho da construção de um projeto político-pedagógico como indicador de diversidades pressupõe autonomia e espaços de participação reais e não simbólicos, como elementos da proposta pedagógica. Nessa perspectiva, segundo Resende (1998), é preciso

- (A) adotar uma política de educação compensatória, interpretando a diferença como *deficit*, particularmente na área acadêmica, e criando meios de ajuda para o grupo dos diferentes.
- (B) assumir a visão de que a participação dos diversos grupos que compõem a sociedade é a solução definitiva dos problemas e das mazelas que assolam a escola.
- (C) buscar a homogeneização cultural, a fim de se evitar que grupos “marginais” exerçam uma dominação cultural no ambiente escolar que se pretende democrático.
- (D) incorporar o multiculturalismo ao currículo, de forma que sua transversalidade possa perpassar os conteúdos tratados no cotidiano do processo de aprendizagem.
- (E) optar entre a ênfase na igualdade cultural ou a ênfase na diferença, pois são visões irreconciliáveis que se anulam e impossibilitam um consenso entre as partes envolvidas.

18. Conforme Perrenoud (2004), as avaliações formativa, certificativa e prognóstica referem-se a três tipos de decisões, tomadas conforme critérios diferentes. Considerando isso, observe as informações seguintes.

- | | |
|------------------|--|
| 1. Formativa | a. Garante aquisições relativamente a terceiros, no mercado de trabalho, a rigor, ao final de um ciclo de estudos; ela intervém ao término de uma formação dada. |
| 2. Certificativa | b. Sustenta a regulação do ensino e a regulação da aprendizagem que se estão realizando; ela se desdobra dentro de uma formação escolar. |
| 3. Prognóstica | c. Fundamenta decisões de seleção ou de orientação em função da aptidão presumida para seguir uma nova formação. |

Assinale a alternativa que estabelece a associação correta das duas colunas.

- (A) 1a; 2b; 3c.
- (B) 1a; 2c; 3b.
- (C) 1b; 2a; 3c.
- (D) 1b; 2c; 3a.
- (E) 1c; 2b; 3a.

19. Piaget (In: Taille, 2000) pensa que o início da educação moral é responsabilidade dos adultos, notadamente pais e professores, que colocam valores e limites à ação de seus filhos ou alunos. Para ele, ao agir conforme uma moral autônoma, os indivíduos respeitam as regras sociais porque

- (A) reconhecem que o outro que impõe as normas tem autoridade sobre eles, relacionando-se com esse outro de forma assimétrica.
- (B) desejam ser recompensados e reconhecidos na sociedade como pessoas corretas que contribuem para o bem comum.
- (C) temem as punições e as consequências negativas que podem ser desencadeadas com a violação dessas regras sociais.
- (D) compreendem e avaliam a razão de ser das regras para que sejam legitimadas, pois as regras nasceram de acordos entre pessoas iguais e livres.
- (E) acreditam que as regras derivam de uma instância superior que estabeleceu um modelo adequado de comportamento.

20. Na perspectiva inclusiva, ao discutir a abertura da escola às diferenças, no sentido *lato*, e os desafios para se alcançar uma educação de qualidade, Mantoan (2001) afirma que
- (A) a inclusão requer o desenvolvimento de um ensino individualizado para os alunos portadores de necessidades educacionais especiais.
 - (B) o caráter classificatório da avaliação escolar garante a implementação da inclusão, em conformidade com o desempenho de cada aluno.
 - (C) a educação de qualidade demanda a segregação dos alunos de acordo com as características e as necessidades especiais que cada um possui.
 - (D) o apoio ao colega com dificuldade é uma atitude extremamente útil e humana e tem sido pouco desenvolvida nas escolas.
 - (E) a adaptação dos currículos é essencial para que todos os alunos especiais possam completar os ciclos de aprendizagem com sucesso.
21. Por razões pedagógicas e técnico-administrativas inerentes ao compromisso da escola com a educação e o ensino, reforçam-se hoje a necessidade e o desafio de cada escola construir seu próprio projeto político-pedagógico e administrá-lo. Bussmann (In: Veiga, 1996) defende o ponto de vista de que, ao ser discutido, elaborado e assumido coletivamente, o projeto político-pedagógico
- (A) oferece garantia visível e sempre aperfeiçoável da qualidade esperada no processo educativo.
 - (B) torna-se um depósito estático de ideias de autodefesa contra críticas e divergências.
 - (C) encerra o processo de aperfeiçoamento do ato educativo e acarreta um bom resultado final.
 - (D) gera um tipo de “saber” ou um “programa oficial” a ser seguido fielmente por todos os envolvidos.
 - (E) assume seu papel de documento meramente elaborado para se cumprir uma obrigação formal.
22. Na educação escolar, podemos realizar planejamentos em diferentes níveis de abrangência. Um desses níveis, segundo Vasconcellos (2002), corresponde à proposta geral das experiências de aprendizagem que serão oferecidas pela escola, incorporada nos diversos componentes curriculares. Ele dá a espinha dorsal da escola, desde as séries iniciais até as finais. Esse é o nível de Planejamento
- (A) da Escola.
 - (B) Curricular.
 - (C) de Trabalho.
 - (D) do Sistema de Educação.
 - (E) de Ensino-Aprendizagem.
23. A Pedagogia de Projetos busca ressignificar a escola dentro da realidade contemporânea, transformando-a em um espaço significativo de aprendizagem para todos que dela fazem parte, sem perder de vista a realidade cultural dos envolvidos no processo. De forma sucinta, pode-se afirmar corretamente que, segundo Moura (2010), a Pedagogia de Projetos propõe
- (A) a discussão sobre uma técnica de ensino mais atrativa para os alunos.
 - (B) a realização de atividades meramente funcionais, regulares e metódicas.
 - (C) a criação de um novo método de ensino, com objetivos e conteúdos pré-fixados e pré-determinados.
 - (D) o contato com o conhecimento visto como algo acabado, pronto para ser assimilado pelos alunos.
 - (E) a construção de uma prática pedagógica centrada na formação global dos alunos.
24. Na construção do conhecimento fundamentada em uma relação dialógica, conforme Jussara Hoffmann (*Ideias*, nº 22), a avaliação significa
- (A) um procedimento de investigação cujos instrumentos e medidas passam a ser vistos como recursos técnicos e neutros.
 - (B) uma ação provocativa do professor, desafiando o educando a refletir sobre as situações vividas, a formular e a reformular hipóteses.
 - (C) um controle permanentemente exercido sobre o aluno para que ele demonstre comportamentos definidos como ideias pelo professor.
 - (D) uma oportunidade de levantamento de dados objetivos necessários para a classificação dos alunos conforme o desempenho apresentado.
 - (E) um paradigma fundamentado no modelo do “transmitir-verificar-registrar” e evolui no sentido de uma formação global dos alunos.
25. Em seu texto *Transversalidade e Interdisciplinaridade*, Garcia afirma que os temas transversais devem
- (A) formar uma nova disciplina, a ser trabalhada de forma sistemática, contínua e abrangente no decorrer de toda a educação.
 - (B) constituir um eixo unificador, em torno do qual se organizam as disciplinas, voltadas para eles como para um centro em torno do qual se estruturam os seus próprios conteúdos.
 - (C) estar diretamente ligados às disciplinas e devem ser trabalhados esporadicamente, interrompendo as demais atividades em ocasiões em que forem considerados apropriados.
 - (D) ser vistos como uma abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento, sem relação direta com a dimensão didática, que fica aos cuidados da interdisciplinaridade.
 - (E) fundamentar-se em uma segmentação entre os diferentes campos de conhecimento produzida por uma abordagem que não leva em conta a inter-relação e a influência entre eles.

26. Enquanto atuar em escola de difícil acesso, o servidor do quadro do Magistério Público Municipal fará jus ao adicional neste período. Conforme a Lei Complementar nº 177/2011, art. 66, serão consideradas escolas de difícil acesso aquelas definidas através de ato da autoridade competente, que, entre outros motivos, apresentem
- (A) elevados índices de criminalidade e presença de facções criminosas em seu entorno.
 - (B) estradas esburacadas e calçadas impróprias para uso dos pedestres.
 - (C) distância de, no mínimo, 10 (dez) quilômetros do marco zero da cidade de Peruíbe.
 - (D) ruas inteiras sem asfalto ou pontes com estado de conservação comprometido.
 - (E) acidentes geográficos que dificultem a chegada à unidade escolar.
27. Para fins de evolução funcional por mérito, deverá ser cumprido o interstício (lapso de tempo estabelecido como o mínimo necessário para que o servidor do Magistério se habilite à aferição de benefícios) de 3 (três) anos, computado sempre o tempo de efetivo exercício do cargo no nível em que estiver enquadrado. Conforme a Lei Complementar nº 178/2011, art. 23, suspender-se-á esse interstício quando o servidor estiver afastado
- (A) por falta injustificada, independentemente de sua carga de trabalho.
 - (B) para tratamento de saúde por tempo superior a 30 (trinta) dias, consecutivos ou interpolados.
 - (C) por motivo de doença em pessoa da família por tempo superior a 15 (quinze) dias.
 - (D) para exercício de cargo de provimento em comissão, exceto para atividade política.
 - (E) por readaptação ou em processo de readaptação, enquanto perdurar essa situação.
28. De acordo com a Lei Federal nº 8.069/90, art. 136, entre outras, é atribuição do Conselho Tutelar
- (A) contratar e arcar com as despesas de tratamento psicológico de criança ou adolescente vítima de agressões.
 - (B) determinar a perda da guarda da criança ou adolescente vítima de maus-tratos.
 - (C) fornecer material didático-escolar, transporte e assistência à saúde para criança ou adolescente vulnerável.
 - (D) requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.
 - (E) realizar o tratamento psiquiátrico de pais ou responsáveis alcoólatras e toxicômanos.
29. Ao longo do Ensino Fundamental – anos finais, os estudantes se deparam com desafios de maior complexidade, sobretudo devido à necessidade de se apropriarem das diferentes lógicas de organização dos conhecimentos relacionados às áreas. Conforme a Base Nacional Comum Curricular, nessa etapa, é importante que a escola
- (A) censure o acesso dos jovens à cultura digital, que induz ao imediatismo de respostas e à efemeridade das informações.
 - (B) controle a utilização das tecnologias de informação e comunicação no ambiente escolar, proibindo o uso de celulares, *tablets* e afins.
 - (C) contribua para o desenvolvimento, no estudante, de uma atitude crítica em relação ao conteúdo e à multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais.
 - (D) disponibilize computadores, *tablets* e afins para os educandos, com o objetivo de reduzir ou eliminar as tradicionais aulas expositivas.
 - (E) incentive o uso democrático das tecnologias, por meio das quais poderá promover um processo de uniformização das culturas dos estudantes.
30. De acordo com a Lei Federal nº 9.394/96, art. 13, entre outras, é incumbência dos docentes
- (A) recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica.
 - (B) elaborar, executar e supervisionar o cumprimento da proposta pedagógica da unidade de ensino.
 - (C) elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.
 - (D) assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas e penalizar os demais educadores que não agirem exemplarmente.
 - (E) articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. A ideia principal deste texto é que há estruturas cognitivas profundas e longamente inculcadas na maneira de pensar a história brasileira que orientam a percepção e permitem a reprodução de um certo imaginário em torno dos indígenas.

[Antonio Carlos de Souza Lima, um olhar sobre a presença das populações nativas na invenção do Brasil. Em Aracy L. da Silva e Luís D. B. Grupioni (orgs). *A temática indígena na escola*. Adaptado]

Neste “certo imaginário”, segundo o autor do artigo, os indígenas

- (A) continuam fundamentais como defensores da tradição e do meio ambiente.
 - (B) são autores históricos concretos, produtores dos próprios caminhos.
 - (C) surgem como essenciais para o desenvolvimento econômico nacional.
 - (D) permanecem como povos ausentes, imutáveis, dotados de essências a-históricas.
 - (E) são capazes de se reelaborarem e de produzir uma organização social moderna.
32. Quanto à História do Brasil, cristalizou-se, desde os primórdios da República, uma divisão em três períodos: Colônia, Império e República.

(Flávio Berutti e Adhemar Marques, *Ensinar e aprender história*. Adaptado)

Os marcos cronológicos dessa divisão têm ligação com

- (A) os modos de produção.
 - (B) a história das mentalidades.
 - (C) a história política.
 - (D) a história privada.
 - (E) a história econômica.
33. Consiste em atribuir aos agentes históricos do passado razões ou sentimentos gerados no presente, interpretando, assim, a história em função de critérios inadequados, como se os atuais fossem válidos para todas as épocas.

(Flávio Berutti e Adhemar Marques, *Ensinar e aprender história*)

O texto apresenta o conceito de

- (A) nominalismo.
- (B) historicismo.
- (C) anacronismo.
- (D) ideologia.
- (E) simultaneidade.

34. A História centrada na ação individual dos grandes homens e numa concepção positivista foi particularmente hegemônica durante o século XIX e, ainda no século XX, exerceu grande influência.

(Flávio Berutti e Adhemar Marques, *Ensinar e aprender história*)

De acordo com essa concepção, para a História ser considerada científica é necessário que o historiador

- (A) trabalhe com uma intensa diversidade de fontes, com o intuito de que todas as vozes das sociedades do passado sejam ouvidas, e derivando as várias versões de um fato.
- (B) valide os conceitos estruturantes em História – tempo, espaço, sujeito e processo – a partir das ciências naturais, especificamente da Física de Einstein.
- (C) associe o conhecimento histórico a outros campos do saber, especialmente a antropologia, com o objetivo de resgatar o modo de vida dos povos do passado.
- (D) selecione os registros da experiência humana no passado que mostrem como algumas ações cotidianas permitiram que a humanidade chegasse à civilização.
- (E) colete os documentos, verifique a sua autenticidade e os sintetize, sem preocupação em interpretá-los e com uma preocupação constante em busca da verdade histórica.

35. Marx e Engels propuseram [...] uma nova periodização da História.

(Flávio Berutti e Adhemar Marques, *Ensinar e aprender história*. Adaptado)

Nesse sentido, esses pensadores defendem

- (A) uma organização do tempo considerando os principais acontecimentos históricos da humanidade, como a Queda do Império Romano e a Revolução Industrial.
- (B) uma periodização que destaca as condições materiais de existência e as relações estabelecidas entre os homens no processo produtivo.
- (C) a utilização da referência do tempo físico para dimensionar e avaliar as conquistas culturais de cada sociedade histórica.
- (D) a atualização da divisão tradicional – Idades Antiga, Média, Moderna e Contemporânea, acrescentando a História do Tempo Presente.
- (E) a divisão do tempo histórico em grandes etapas, que considerem, em essência, as rupturas político-institucionais.

36. Até algum tempo atrás, era comum que as pessoas se referissem à chegada dos portugueses ao continente americano em 1500 como o “Descobrimento do Brasil”. Essa expressão era encontrada inclusive em muitos livros didáticos de História. Mas, seria possível que os portugueses tivessem descoberto um lugar que já existia e que já era habitado?

Dessa maneira, quando começou a se pensar no ponto de vista (ou perspectiva) dos povos indígenas que ali viviam, essa expressão passou a ser criticada. Afinal, apenas para os portugueses tratava-se de um descobrimento. Essa era a visão deles, permeada por uma concepção de mundo essencialmente etnocêntrica. É mais prudente se falar de um “encontro de dois mundos”, expressão proposta pelo historiador Ronaldo Vainfas.

Essa é uma das razões pelas quais o historiador poderá encontrar diversas versões sobre um mesmo fato ou acontecimento. Entretanto, existem outras razões para o surgimento de diversas versões (ou histórias) sobre um mesmo tema [...]

(Flávio Berutti e Adhemar Marques, *Ensinar e aprender história*)

O texto citado aponta como uma outra razão

- (A) a imutabilidade do passado, condição que não permite a sua releitura.
 - (B) as fontes históricas encontradas e selecionadas, e a diversidade dessas fontes.
 - (C) o reconhecimento da neutralidade como fundamental no trabalho do historiador.
 - (D) a preocupação contemporânea com a busca da verdade histórica.
 - (E) a ausência de rigor metodológico dos historiadores do século XIX e começo do XX.
37. A partir de nossa experiência como educadores de museu, gostaríamos de apresentar alguns pontos fundamentais que devem ser levados em conta no planejamento de uma visita.

[Adriana Mortara Almeida e Camilo de Mello Vasconcellos, Por que visitar museus. Em Circe Bittencourt (org). *O saber histórico na sala de aula*]

Nesse caso, os autores sugerem, entre outros pontos,

- (A) evitar museus que não sejam históricos para que a visita tenha ligação direta com o que é apresentado em sala de aula.
- (B) que todos os espaços do museu sejam visitados e que todos os objetos sejam observados e analisados.
- (C) que a escolha do espaço a ser visitado deve ter como principal critério a sua ligação com uma universidade pública.
- (D) uma visita antecipada à instituição com o objetivo de conseguir uma familiaridade com o espaço a ser trabalhado.
- (E) que as visitas privilegiem os alunos de Ensino Médio, capazes de compreender a complexidade de um museu.

38. A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem. Exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e a maneira de ser do homem.

(Lucien Febvre apud Flávio Berutti e Adhemar Marques, *Ensinar e aprender história*)

O excerto mostra a produção historiográfica

- (A) da chamada Escola dos *Annales*, que ampliou a noção de fonte histórica e tem interesse em vestígios e registros do que revela informações sobre a atividade humana.
 - (B) da Escola Metódica, que defende a neutralidade do pesquisador diante dos documentos, preferencialmente inéditos e oficiais.
 - (C) da Corrente Neopositivista, que alargou o estatuto científico dos conhecimentos históricos, desde que o passado seja reproduzido com perfeição.
 - (D) da Escola Historicista, que preconiza o uso exclusivo de documentos escritos e combate o uso de conceitos externos aos conhecimentos históricos.
 - (E) do Materialismo Histórico, que relaciona o desenvolvimento das culturas humanas às formas de funcionamento das instituições políticas.
39. Muito provavelmente o colega professor já deve ter exibido filmes e documentários em suas aulas. De fato, esse é um recurso que na atualidade é bem aceito pelos estudantes, que vivem em um mundo que privilegia as linguagens visuais, como o cinema e a televisão. No entanto, é preciso certo cuidado com esse recurso.

(Flávio Berutti e Adhemar Marques, *Ensinar e aprender história*. Adaptado)

Sobre tal “certo cuidado”, é correto destacar:

- (A) a leitura histórica do filme precisa coincidir com o que é apresentado no livro didático.
- (B) deve-se privilegiar filmes nacionais, sempre mais próximos da realidade dos alunos.
- (C) a obra fílmica não é uma reprodução do real, mas uma leitura do real.
- (D) para o trabalho escolar, não interessam os dados externos da obra, como os de produção.
- (E) os filmes históricos que apresentam uma história oficial devem ser evitados.

40. Leia o excerto da obra de Joaquim Norberto de Souza Silva, publicado em 1873, no qual a figura de Tiradentes é reconstruída.

Era ele de estatura alta, de espáduas bem desenvolvidas, como os naturais da Capitania de Minas Gerais. A sua fisionomia nada tinha de simpática e antes se tornava notável pelo que quer que fosse de repelente, devido em grande parte ao seu olhar espantado. Possuía, porém, o dom da palavra e expressava-se as mais das vezes, com entusiasmo; mas sem elegância nem atrativo, resultado de sua educação pouco esmerada; ouvindo-o porém na rudeza de sua conversação, gostava-se de sua franqueza selvagem, algumas vezes por demais brusca e que quase sempre desandava em levandade, de sorte que uns lhe davam o característico de herói e outros o de doido. Tornava-se, assim, objeto de público gracejo, provocando o riso e, não poucas vezes, as vaias apupadas do público. Não tinha instrução alguma além da ordinária, todavia era de fácil e intuitiva compreensão. A sua prenda, como então se dizia, de pôr e tirar dentes, até desinteressadamente, graças à bondade de seu coração, que não condizia com a impetuosidade de seu gênio, lhe facilitava o contato com inúmeras pessoas e famílias.

[Apud João Pinto Furtado, *Imaginando a nação: o ensino da história da Inconfidência Mineira na perspectiva da crítica historiográfica*. Em: Lana M. de C. Simam e Thais N. de L. Fonseca (orgs.). *Inaugurando a História e construindo a nação*. Discursos e imagens no ensino de História]

Nessa reconstrução, Tiradentes

- (A) surge como o grande símbolo da nacionalidade brasileira, em virtude de possuir todas as qualidades de um líder popular, desinteressado em obter qualquer ganho pessoal com a sua participação na luta contra Portugal.
- (B) representa as principais virtudes nacionais, como a resistência ao opressor e a liderança política espontânea, ao mesmo tempo em que revela uma face negativa, porque colaborou com as autoridades portuguesas.
- (C) mostra a sua incapacidade de liderar uma autêntica revolução, assim a derrota do movimento mineiro, diante da forte repressão portuguesa, tem nesse personagem o principal responsável.
- (D) aparece de forma humanizada, inclusive ao se destacarem aspectos negativos da sua aparência e personalidade, algo diverso da forma como esse personagem será retratado pela historiografia regionalista mineira.
- (E) revela a sua ligação tênue com a tentativa de revolução social nas Minas Gerais e se apresenta mais interessado em defender projetos pessoais, como o da efetivação do plano de abastecimento de água em Vila Rica.

41. À primeira vista, quando se fala em patrimônio histórico, há uma imediata associação da palavra a monumentos e edifícios antigos. Assim, o senso comum relaciona a expressão patrimônio histórico a prédios, monumentos e outras edificações de notável valor histórico-arquitetônico que, pelo seu caráter de excepcionalidade, devem ser preservados. Isso se deve, em grande medida, à primeira legislação patrimonial do país, o Decreto-lei nº 25/37, ainda em vigor, que, em seu art. 1º, explicita o conceito de “patrimônio histórico e artístico”:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

[Ricardo Oriá, *Memória e ensino de História*.

Em Circe Bittencourt (org). *O saber histórico na sala de aula*]

Segundo Ricardo Oriá, essa política preservacionista teve como efeito

- (A) privilegiar o tombamento de bens imóveis referentes aos setores dominantes da sociedade, caso das casas-grandes e dos sobrados coloniais.
- (B) impedir que os mais importantes bens relacionados à história nacional fossem tombados.
- (C) mostrar os conflitos efetivos do passado nacional, com fortes referências à escravidão dos africanos e dos indígenas.
- (D) reforçar a pluralidade étnico-cultural da formação histórica brasileira, com destaque para as sociedades indígenas.
- (E) produzir uma cuidadosa memória nacional, na qual todas as classes e grupos sociais são contemplados com bens tombados.

42. Na obra *O queijo e os vermes*, Carlo Ginzburg retoma a discussão sobre a relação entre a cultura das classes subalternas e das classes dominantes.

(Flávio Berutti e Adhemar Marques, *Ensinar e aprender história*. Adaptado)

O historiador italiano

- (A) defende que as distinções entre alta e baixa cultura são meramente modelos explicativos sem qualquer forma de materialidade.
- (B) reconhece a superioridade da cultura popular sobre as outras formas culturais, porque não é produto de amálgamas.
- (C) pensa as relações entre a cultura popular e a das classes dominantes em termos de circularidade e não apenas de hierarquia e submissão.
- (D) pensa a alta cultura como um produto sofisticado e, a cultura popular, como a mistura entre o senso comum e o tradicional.
- (E) hierarquiza as formas culturais, mostrando com o refinamento da alta cultura determina a formação da cultura popular.

43. Historiador de muitos interesses, exímio na difícil arte de escrever em profundidade e num estilo claro, coloquial e concreto, [...] tem contribuído significativamente não só para a história do livro mas também para outros campos da história cultural. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa* (1984) ilustra bem a variada gama de seus interesses e a clareza e o brilhantismo com que lida com temas tão diversos como o mundo mental dos camponeses e dos artesãos revoltosos de Paris, dos famosos enciclopedistas, de um inspetor de polícia parisiense, de um burguês de Montpellier etc.

(Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke,
As muitas faces da história. Nove entrevistas)

O excerto trata de

- (A) Christopher Hill.
- (B) E. P. Thompson.
- (C) C. R. Boxer.
- (D) Maurice Dobb.
- (E) Robert Darnton.

44. Após a independência política, os portugueses sofreriam, rapidamente, a rejeição explícita dos nacionais. Contribuiu fortemente para isso o fato de o Partido Português experimentar ascensão política no primeiro reinado, em detrimento do Partido Brasileiro, ao mesmo tempo em que Dom Pedro I, nascido em Portugal e herdeiro do trono luso, sofria o crescimento de sua popularidade.

A rejeição e agressividade brasileiras direcionadas aos portugueses aumentariam sensivelmente com o passar dos anos no século XIX. Os lusos, na historiografia, eram tomados como sinônimos do passado colonial, de dependência e submissão brasileiras.

[Eduardo França Paiva, De português a mestiço: o imaginário brasileiro sobre a colonização e sobre o Brasil. Em: Lana M. de C. Simam e Thais N. de L. Fonseca (orgs.). *Inaugurando a História e construindo a nação*. Discursos e imagens no ensino de História. Adaptado]

A partir do excerto, é correto considerar que

- (A) a importância da colonização portuguesa foi reconhecida durante o processo de formação do Estado nacional brasileiro.
- (B) as primeiras obras sobre a história nacional publicadas até a metade do século XIX exaltavam os africanos pela resistência ao colonizador.
- (C) a produção historiográfica do século XIX recebeu importante influência da lusofobia presente entre os brasileiros.
- (D) a produção historiográfica no Primeiro Reinado era simpática a Dom Pedro I e reconhecia os ganhos civilizatórios do Brasil por causa de Portugal.
- (E) a forte aversão aos portugueses na primeira metade do século XIX fez a historiografia nacional valorizar a presença de africanos no Brasil.

45. No livro didático de Rocha Pombo, *História do Brasil para o ensino secundário*, que em 1922 estava na sua 19ª edição, há a reprodução de três quadros de Benedito Calixto (1853-1927): *Chegada da frota de Martim Afonso de Sousa*, *Martim Afonso a caminho de Piratininga* e *Fundação de São Vicente*. Essas obras inserem-se numa modalidade que alguns especialistas consideram como deturpação do gênero de pintura histórica.

[Thais N. de L. e Fonseca.
"Ver para compreender": arte, livro didático e a história da nação.
Em: Lana M. de C. Simam e Thais N. de L. Fonseca (orgs.).
Inaugurando a História e construindo a nação.
Discursos e imagens no ensino de História. Adaptado]

Deturpação porque, nas obras de Benedito Calixto,

- (A) houve a opção por um olhar histórico mais voltado para os grupos sociais brasileiros menos prestigiados pelo conjunto dos brasileiros, caso dos povos indígenas e dos afrodescendentes.
- (B) existe mais preocupação em fazer um radical combate político da nascente ordem republicana do que representar com naturalidade eventos relacionados às origens no Brasil como nação.
- (C) há pouca naturalidade, condição revelada pela ampla mistura de elementos brasileiros e estrangeiros, além da diversidade de tempos presentes, em uma confusão entre passado e presente.
- (D) as referências historiográficas vieram de autores desvinculados do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, proponentes de uma história nacional que justificava o atraso nacional em virtude da colonização lusa.
- (E) não havia o respaldo de textos históricos e de uma leitura rigorosa de documentos que pudesse orientar a execução da obra, diverso do que ocorreu com as obras de Victor Meirelles e Pedro Américo.

46. Ele foi um dos primeiros historiadores, em seu livro *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), que se voltou para o estudo da massa de homens livres na sociedade colonial e trata de sua inserção ambígua no sistema produtivo escravista. Marxista dado a interpretações concretas e específicas, apontou este setor dos homens livres como um grupo social que, em princípio, estava fora do sistema produtivo dominante. Somente no dia em que estivesse integrado na sociedade é que se poderia considerar consumado o processo de formação do país.

[Maria Odila Leite da Silva Dias, *Sociabilidades sem história: votantes pobres no Império, 1824-1881*. Em Marcos Cezar de Freitas (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. Adaptado]

O texto apresenta

- (A) Capistrano de Abreu.
- (B) Gilberto Freyre.
- (C) Ciro Flamarion Cardoso.
- (D) Caio Prado Júnior.
- (E) Sérgio Buarque de Holanda.

47. Em 1968 surge uma coletânea de artigos, *Brasil em Perspectiva*, na qual a cientista política M. do Carmo C. de Souza começa a por em dúvida uma “noção geralmente aceita”: a de que o movimento de 1930 teria sido um embate entre latifúndio (e estruturas agrárias) e indústria (e estruturas urbanas nascentes), “à semelhança da revolução burguesa no desenvolvimento capitalista europeu”. Um capítulo de Boris Fausto sobre “A revolução de 1930” discute as interpretações dessa revolução pensando-as “dentro de uma dinâmica própria” do movimento e de suas contradições. Este autor endossa a explicação de Francisco Weffort sobre um “Estado de compromisso” criado depois de 1930 e que perduraria por toda a década.

[Vavy Pacheco Borges, *Anos trinta e política: história e historiografia*. Em Marcos Cezar de Freitas (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. Adaptado]

A categoria “Estado de compromisso” significa que

- (A) a ordem nascida em 1930 atendia, preferencialmente, aos interesses das classes populares e da classe média rural.
- (B) o Estado não representaria nenhum setor da sociedade e o governo assumiria o papel de árbitro das lutas políticas.
- (C) as instituições estatais são frágeis e as principais decisões são tomadas no âmbito do espaço privado, caso das associações de classe.
- (D) o Estado brasileiro, que até 1930 defendia a burguesia cafeeira, alinhou-se aos interesses da burguesia comercial exportadora.
- (E) a governabilidade na Era Vargas foi possível em função da aliança entre as classes médias urbanas e a burguesia financeira.

48. Historiadores portugueses ainda por vezes escrevem como se o Brasil nunca tivesse sido uma colônia de Portugal, e historiadores brasileiros frequentemente ignoram a importante dimensão transatlântica dos conflitos políticos internos e das limitações econômicas do Brasil. A história entre fins de 1807 e 1825 se ressentia da falta de um esboço interpretativo, ainda que rudimentar.

[Kenneth Maxwell, *Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência*. Em: Carlos Guilherme Mota (org). *Viagem incompleta. A experiência brasileira. Formação: histórias* (1500-2000). Adaptado]

As referências temporais presentes no excerto referem-se, respectivamente,

- (A) à elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves e à outorga da primeira constituição do Brasil.
- (B) à vinda da Missão Francesa e à dissolução da Assembleia Nacional Constituinte.
- (C) à criação da Casa da Moeda e ao reconhecimento da emancipação brasileira pela Confederação das Províncias Unidas da Prata.
- (D) à invasão de Portugal pelas forças militares francesas e ao reconhecimento da independência do Brasil por parte dos portugueses e de outras nações europeias.
- (E) aos tratados comerciais e diplomáticos com a Inglaterra e à criação da Província Cisplatina.

49. Café era sinônimo de São Paulo, e os políticos paulistas visavam avidamente beneficiar a economia exportadora de seu estado. Suas lideranças mostravam interesse em cooperar com os representantes de outros estados e do governo federal quando detectavam interesses comuns; por sua vez, entre as elites estaduais, os paulistas defendiam políticas intervencionistas com habilidade inusitada, enquanto o governo federal se mostrava reticente em fazê-lo. A mais famosa instância de cooperação com os outros estados, cooperação com o governo federal e demonstração de autoconfiança foi o episódio da valorização do café em todos os diversos estágios de seu desenvolvimento.

[Joseph L. Love, *A república brasileira: federalismo e regionalismo* (1889-1937). Em Carlos Guilherme Mota (org). *Viagem incompleta. A experiência brasileira* (1500-2000): a grande transação]

A Política de Valorização do Café, pensada no Convênio de Taubaté (1906),

- (A) foi implementada pela primeira vez em 1908 em São Paulo que, neste ano, arcou sozinho com o custo desse programa, condição possível porque os paulistas respondiam pela metade da produção anual mundial de café.
- (B) esteve associada a uma política de contenção de plantio de novos cafeeiros, condição que provocou, após a Primeira Guerra, uma diminuição da presença brasileira no mercado mundial de café.
- (C) recebeu imediato apoio da maior parte dos estados brasileiros, mais a adesão irrestrita do governo federal, porque o aumento das exportações paulistas trazia benefícios diretos para todos os outros estados.
- (D) aumentou o fluxo de café no mercado internacional, principalmente na Grã-Bretanha, e produziu melhora importante nas finanças do governo federal, por este ser o arrecadador do imposto de exportação.
- (E) foi bem-sucedida até o início da Primeira Guerra, momento no qual as dívidas com os banqueiros europeus foram cobradas e não houve mais recurso para a reaplicação desse mecanismo de apoio ao café.

50. Em 1789, no engenho Santana de Ilhéus, Bahia, os escravos mataram o feitor e se adentraram nas matas com as ferramentas do engenho, até reaparecerem algum tempo depois com uma proposta de paz em que pediam melhores condições de trabalho, acesso a roças de subsistência, facilidades para comercializar os excedentes dessas roças, direito de escolher seus feitores, licença para celebrar livremente suas festas, entre outras exigências.

[João José Reis, "Nos achamos em campo a tratar da liberdade": a resistência negra no Brasil oitocentista. Em: Carlos Guilherme Mota (org). *Viagem incompleta. A experiência brasileira. Formação: histórias* (1500-2000)]

No evento apresentado, é correto reconhecer que

- (A) os mecanismos de resistência à escravidão foram raros e efêmeros, porque o caminho da negociação direta entre os escravos e os seus senhores eram frequentes e fez com que as condições de trabalho dos escravos fossem razoáveis.
- (B) a importância da exploração do trabalho compulsório no Brasil foi superestimada, tendo em vista que as insistentes rebeliões de escravos não atrapalhavam a produção de mercadorias no campo.
- (C) as revoltas escravas eram recorrentes apenas nas regiões produtoras de açúcar, e o efeito imediato dessas revoltas foram leis ampliando os direitos dos escravos e restringindo a ação dos senhores sobre seus escravos.
- (D) as atividades relacionadas à agro-exportação eram dependentes do trabalho escravo, mas o mesmo não ocorria com as outras atividades econômicas, que já contavam com outras modalidades de trabalho livre.
- (E) as rebeliões representavam uma forma clara de resistência contra a escravidão e, ao mesmo tempo, nem sempre objetivavam a liberdade imediata dos rebelados, mas diminuir os níveis de opressão e a busca por algum benefício.

51. O movimento abolicionista se estendeu até 1888, liderado por Joaquim Nabuco, Tavares Bastos e José do Patrocínio, e organizado pela Sociedade Brasileira contra a Escravidão. [...] Como afirmou Nabuco em *O abolicionismo*: "Não é aos escravos que falamos, é aos livres". Segundo as suas lideranças, o movimento deveria se restringir ao âmbito das elites e das classes médias urbanas [...]

[Roberto Ventura, *Um Brasil mestiço: raça e cultura na passagem da monarquia à república*. Em: Carlos Guilherme Mota (org). *Viagem incompleta. A experiência brasileira. Formação: histórias* (1500-2000)]

A Sociedade Brasileira contra a Escravidão tem claras divergências em relação

- (A) aos grupos que levaram a questão da luta pelo fim da escravidão para as senzalas, com a promoção de fugas e levantes, como os que ocorriam com a liderança de Antônio Bento.
- (B) ao imperador Dom Pedro II, porque este se apresentava fora do país como um forte crítico da escravidão, mas impedia que uma maioria parlamentar fosse formada para se extinguir essa instituição.
- (C) às classes médias urbanas, que consideravam desnecessária qualquer legislação para tratar do escravismo visto que as leis abolicionistas – *Ventre Livre* e *Sexagenários* – já haviam resolvido tal problema.
- (D) aos deputados ligados aos grandes proprietários rurais do Nordeste, que eram contra qualquer legislação gradualista em combate à escravidão, porque consideravam que a abolição interessava apenas aos fazendeiros do vale do Paraíba.
- (E) aos deputados liberais que defendiam que abolição da escravatura fosse feita com rapidez e associada a algumas medidas compensatórias, como a instrução escolar para os libertos.

52. Em 21 de março de 1916, era lançado na Bahia um requerimento ao presidente Venceslau Brás pedindo a abolição dos festejos de Tuiuti e Riachuelo. O texto do requerimento, aqui reproduzido em parte, é o seguinte:

Há mais de nove lustros que o Paraguai e o Brasil mantêm os mais amistosos desígnios nas suas relações internacionais. Relembrar, portanto, em meio de públicas solenidades os atos de guerra havidos entre os dois povos irmãos [...] ofende aos intuitos e destoa dos ditames de uma sã política racional orientada para a confraternização dos povos [...] E, considerando um nobilíssimo dever cívico render homenagens aos que no passado souberam amar e sentir a Pátria Brasileira, quer nos campos de batalha, quer nas outras esferas da atividade humana, pedimos designe o Governo da República um dia para que anualmente se prestem, em todos os recantos do País, públicos preitos de amor e gratidão aos que, na paz e na guerra, honraram o nome brasileiro. Para esse dia de culto cívico lembramos o 26 de janeiro, aniversário da “capitulação da Campina do Taborda”, glorioso epílogo da luta defensiva sustentada durante 24 anos, em prol da integridade do pátrio território, pelos guerreiros heroicos do indígena Felipe Camarão, do negro Henriques Dias e dos brancos André Vidal e Fernandes Vieira.

[Francisco Alambert, O Brasil no espelho do Paraguai.
Em: Carlos Guilherme Mota (org).
Viagem incompleta. A experiência brasileira.
Formação: histórias (1500-2000)]

O requerimento revela que seus autores objetivam

- (A) apontar para os riscos do estabelecimento de um culto cívico em uma nação que não reconhece a sua formação étnica-cultural.
- (B) substituir o culto da guerra a um povo irmão pela celebração do país das três raças irmanadas, em uma clara disputa pela memória histórica.
- (C) criticar o governo republicano pela sua incapacidade em criar comemorações que exaltem o amor à Pátria.
- (D) apontar como a nacionalidade brasileira foi forjada por meio de guerra de expansão, caso da Guerra do Paraguai.
- (E) destacar o heroísmo do Exército nacional durante a guerra contra os paraguaios na segunda metade do século XIX.

53. Além do histrionismo, o governo de Jânio Quadros seria marcado pela mal calculada tentativa de golpe através da renúncia, menos de sete meses depois da posse, que, embora não resultasse na conquista de poderes excepcionais para o Executivo, era como tudo indica o que parecia pretender o político excêntrico. [...] Jânio não possuía um plano de governo, como sói acontecer com todos os governantes eleitos pelo discurso ético-moral mobilizador da noção de “crise moral” e pelo “programa” de combate à corrupção. Porém, dois aspectos de seu “governo” devem ser destacados.

[Carlos Fico, O Brasil no contexto da Guerra Fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia do planejamento (1946-1964).
Em Carlos Guilherme Mota (org).
Viagem incompleta.
A experiência brasileira (1500-2000):
a grande transação]

Segundo o artigo, no governo Jânio Quadros, merecem destaque:

- (A) o acordo econômico com os EUA, pelo qual o Brasil receberia investimentos diretos para a modernização da indústria nacional; a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, com o objetivo de diminuir acentuadamente as disparidades regionais brasileiras.
- (B) criou a Universidade de Brasília, um novo modelo de universidade, voltada ao desenvolvimento nacional; propôs reformas de base como a agrária, a bancária, a fiscal, a urbana e a administrativa.
- (C) a fundação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, com o intuito de financiar os grandes projetos de infraestrutura; a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que preconiza o direito à escola básica para todos os brasileiros.
- (D) propôs o Plano Trienal, que visava combater a inflação e fazer o país crescer a uma taxa de 7% ao ano, com distribuição de renda; promulgou a chamada “Lei do Produto Similar Nacional”, para garantir a reserva de mercado para produtos de empresas estrangeiras que viessem para o Brasil.
- (E) a proposta de uma política externa independente, que buscava ultrapassar a esfera do restrito subsistema interamericano; o saneamento das finanças por meio da desvalorização cambial, da contenção dos gastos públicos e do controle da expansão monetária.

54. O padre Hidalgo sensibilizou-se com as injustiças políticas e sociais e com o sofrimento dos humildes. Sua figura é modelar, pois, como tantos outros padres na América Latina, levou sua visão religiosa ao extremo da rebeldia. Hidalgo, movido por suas crenças, pegou em armas e liderou um movimento revolucionário. Viveu profundos dramas de consciência ao fazer conviver a doutrina católica com as práticas violentas da luta armada. Foi um homem perturbado por fortes sentimentos de remorso e arrependimento, mas também uma figura de extrema coragem, que desobedeceu à Igreja, enfrentou a excomunhão e sofreu acusações de toda ordem, sem abandonar os objetivos nos quais acreditava.

(Maria Lígia Coelho Prado, *América Latina no século XIX: Tramas, tela e textos*)

A partir da trajetória de Hidalgo, é correto considerar que

- (A) os movimentos pelas independências da América espanhola contaram, em regra, com o apoio oficial da Igreja Católica, porque esta instituição disputava com a Coroa espanhola o controle sobre a educação dos povos indígenas.
- (B) com a restauração da coroa de Fernando VII, com a anuência do Congresso de Viena, a Igreja Católica perdeu uma série de privilégios, como o direito ao dízimo eclesiástico, e passou a apoiar as emancipações da América espanhola.
- (C) a aliança da elite colonial com as principais lideranças da Igreja Católica, com o objetivo de romper os laços coloniais com a coroa espanhola, concretizou-se após o rei espanhol mandar fechar todas as universidades americanas.
- (D) a Igreja Católica, como instituição hierarquizada, esteve ao lado dos realistas durante todo processo de independências da América espanhola, ao mesmo tempo em que havia um número considerável de padres envolvidos com as lutas emancipacionistas.
- (E) a elite do clero da América espanhola, formado na Espanha, era um grupo pequeno e ligado à causa das independências, condição diversa do chamado baixo clero, sempre fiel aos interesses realistas.

55. A síntese histórica que naturalmente ocorreu foi o feudalismo. A catastrófica colisão dos dois modos anteriores em dissolução – o primitivo e o antigo – produziu a ordem feudal que se disseminou por toda Europa medieval.

(Perry Anderson, *Passagens da Antiguidade ao feudalismo*)

Para Anderson, o feudalismo ocidental origina-se

- (A) da soma das instituições francas e das referências do islamismo.
- (B) do amálgama entre a tradição normanda e o direito romano.
- (C) do confronto das tradições visigotas e do corpo legal helênico.
- (D) das instituições políticas dos lombardos e da organização econômica dos ostrogodos.
- (E) da fusão dos legados romano e germânico.

56. Contudo, se a tradição de revolução social no estilo de Outubro de 1917 – ou mesmo, como alguns diziam, a tradição original de revolução no estilo dos jacobinos franceses de 1793 – se exauria, continuava existindo a instabilidade social e política que gerava revoluções. O vulcão não deixava de estar ativo. À medida que a Era de Ouro do capitalismo mundial chegava ao fim, no início da década de 1970, uma nova onda de revolução varria grandes partes do mundo, seguida na década de 1980 pela crise dos sistemas comunistas ocidentais, que levou ao seu colapso em 1989.

Embora ocorressem esmagadoramente no Terceiro Mundo, as revoluções da década de 1970 formaram um conjunto geográfica e politicamente mal distribuído.

(Eric Hobsbawm, *Era dos extremos*)

Um exemplo de revolução da década de 1970 foi

- (A) a Primavera de Praga na Tchecoslováquia que, em 1972, representou movimento de contestação ao alinhamento do governo à URSS.
- (B) a Revolução Nacional na Bolívia que, em 1975, derrubou uma ordem apoiada pelos EUA.
- (C) a Revolução dos Cravos em Portugal que, em abril de 1974, derrubou a mais duradora ordem direitista da Europa.
- (D) Revolução Indiana que, em 1976, ampliou os direitos políticos a todos os indianos, sem qualquer distinção religiosa.
- (E) Revolução do Congo que, em 1973, conquistou a independência política depois de uma guerra contra a Bélgica.

57. Cogitada para solucionar as desavenças em torno do Congo, disputado pelo rei Leopoldo, a título particular, por Stanley, seu funcionário, e Savorgnan de Brazza, em nome da França, a conferência de Berlim foi, na verdade, organizada por um Bismarck que queria conformar seu próprio papel de árbitro nos conflitos internacionais, mas também participar, doravante, dos despojos.

(Marc Ferro, *História das colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX*)

Entre os resultados dessa conferência,

- (A) há a posição portuguesa em defender seus direitos supostamente históricos e garantir a preponderância sobre Angola e Moçambique.
- (B) os franceses ofereceram a soberania da África do Norte e do Senegal para a Alemanha.
- (C) há o acordo entre as potências históricas e as ascendentes para uma radical redistribuição dos domínios coloniais no continente.
- (D) a Alemanha foi a nação mais beneficiada porque legitimou a sua soberania sobre Ruanda e o Quênia.
- (E) há a ampliação dos domínios territoriais franceses em detrimento dos interesses do Império Britânico e da Bélgica.

58. “Comecei a ver em Eugène Black um outro Ferdinand de Lesseps, e minha memória me conduziu àquele tempo em que o Egito, com 11% das ações, comprometia-se em fornecer 120 mil operários para fazer trabalhos que nos custaram 8 milhões de libras... A empresa egípcia criada então no interesse do Egito rendeu 100 milhões de dólares à Inglaterra, dos quais nos couberam 3 milhões...” E Nasser terminou seu discurso, ovacionado pela multidão, com uma imensa gargalhada.

Essa gargalhada, A Voz dos Árabes, emissora de rádio cujo equipamento era fornecido pela CIA, transmitiu até o Magreb, transmitiu-a a Paris e a Londres, onde a reação foi de ódio.

(Marc Ferro, *História das colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX*.)

O trecho trata da

- (A) criação da OPEP, em 1973.
- (B) nacionalização do canal de Suez, em 1956.
- (C) Guerra dos Seis Dias, em 1967.
- (D) Independência do Egito, em 1945.
- (E) fundação da Liga dos Estados Árabes, em 1946.

59. Quase que simultaneamente, a revolução explodiu e venceu (temporariamente) na França, em toda a Itália, nos Estados alemães, na maior parte do império dos Habsburgo e na Suíça. De forma menos aguda, a intranquilidade também afetou a Espanha, a Dinamarca e a Romênia; de forma esporádica, a Irlanda, a Grécia e a Grã-Bretanha. Nunca houve nada tão próximo da revolução mundial com que sonhavam os insurretos do que esta conflagração espontânea e geral, que conclui a era analisada neste livro. O que em 1789 fora o levante de uma só nação era agora, assim parecia, “a primavera dos povos” de todo um continente

(Eric Hobsbawm. *Era das revoluções*)

O excerto apresenta

- (A) as revoluções de 1848.
- (B) a restauração pós era napoleônica.
- (C) as decorrências da grave crise de 1873.
- (D) a reação aristocrática pós 1830.
- (E) os antecedentes da Primeira Guerra.

60. A primeira tarefa do regime jacobino foi mobilizar o apoio da massa contra a dissidência dos notáveis e girondinos provincianos e preservar o já mobilizado apoio da massa dos sansculottes de Paris, algumas de cujas exigências por um esforço de guerra revolucionário – recrutamento geral (*o levée en masse*), terrorismo contra os “traidores” e controle geral dos preços (o “maximum”) – coincidiam de qualquer forma com o senso comum jacobino, embora suas outras exigências viessem a se mostrar problemáticas. Uma nova constituição foi proclamada.

(Eric Hobsbawm, *A era das revoluções*. Adaptado)

A Constituição francesa de 1793

- (A) unifica nacionalmente pesos e medidas, cria o Consulado e separa Igreja e Estado.
- (B) estabelece o voto censitário, proíbe partidos políticos e restringe o direito à educação.
- (C) cria um novo calendário, a Constituição Civil do Clero e a liberdade de imprensa.
- (D) reestabelece a escravidão nas colônias, criou as Oficinas Nacionais e nacionaliza os bens do clero.
- (E) garante o sufrágio universal, o direito à insurreição e direito ao trabalho.

